



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS
ISCTE, 30 de janeiro de 2026

Gestão das Escolas e Municipalização

Manuela Mendonça

Membro do Secretariado Nacional da FENPROF

Camaradas,

Venho falar de gestão das escolas e de municipalização. E começo com uma referência ao ciclo de debates da FENPROF sobre os 50 anos da Constituição da República e a uma das ideias centrais do debate da última 4.ª feira, presente nas intervenções dos três oradores convidados: a Constituição não é apenas um texto jurídico, é a expressão de um projeto de sociedade.

Ao referir como características fundadoras do regime constitucional a dignidade da pessoa humana, a soberania popular e o Estado de direito democrático – o Dr. Rui Assis sublinhou a importância do compromisso com a democracia, enquanto regime político e modelo de organização social, um compromisso que atravessa todas as áreas e que, na educação, tem como eixo estruturante a gestão democrática das escolas.

Recordando o alerta feito por Helena Roseta para a vaga de desconstrução democrática que atravessa a Europa e o mundo, Rui Assis concluiu que esse processo é particularmente visível nas escolas, tanto ao nível do modelo de gestão como ao nível da formação dos alunos. “A democracia tem de formar democratas”, disse, essa é uma das missões centrais da escola pública numa sociedade democrática.

Serve esta introdução para enquadrar três questões que a FENPROF tem colocado de forma recorrente:

1.ª - O atual modelo de gestão tem agravado as condições de trabalho na escola pública, constituindo hoje um fator favorecedor da erosão da vida democrática das escolas e do desgaste pessoal e profissional dos docentes. O estudo sobre o Desgaste da Profissão Docente, encomendado pela FENPROF à Universidade Nova de Lisboa em 2018, confirma isso mesmo: a par de fatores como a idade, a burocracia ou a indisciplina, o modelo de gestão surge como uma das causas do elevado cansaço e exaustão emocional. Os autores são claros ao afirmar que o mal-estar docente não é um problema individual, é um

problema de organização do trabalho, pelo que urge alterar o modelo de governação das escolas.

2.^a - essa alteração impõe-se não apenas pelos professores, mas também pelos alunos. O regime de gestão escolar não é meramente técnico nem pedagogicamente neutro - o modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas e a escola – onde as crianças e jovens passam cada vez mais anos das suas vidas – é o principal espaço de realização dessa aprendizagem. Como dizia John Dewey, não há outra forma de educar para a democracia que não pela democracia, praticando-a. Ou, como dizia Paulo Freire, não se é autónomo primeiro para depois decidir, é decidindo que se aprende a decidir. A FENPROF tem-lo dito: uma escola que não é democrática não educa para a democracia.

3.^a - a FENPROF tem propostas próprias para a administração do sistema educativo e das escolas, construídas com os professores, ao longo de muitos anos e por eles reafirmadas num inquérito promovido pela Federação em 2025, a que responderam 7168 professores. São propostas que assentam na elegibilidade dos órgãos, na colegialidade do seu funcionamento e numa efetiva participação da comunidade escolar na tomada de decisão; propostas que pressupõem uma escola humanizada e não (mega)agrupamentos; propostas que concretizam a descentralização da administração educativa, mas recusam a municipalização da educação, cujos riscos estão sobejamente estudados noutros países: o acentuar de assimetrias entre escolas de diferentes municípios; a desresponsabilização do Estado pelo financiamento da educação pública; uma maior permeabilidade à privatização e terceirização da educação; um maior controlo sobre as escolas; sistemas arbitrários e pouco transparentes de seleção de pessoal; o aumento do clientelismo, do sentimento de insegurança e da desmotivação dos professores.

Uma última nota:

Sabemos que o atual governo quer enquadrar o Estatuto da Carreira Docente no regime geral da Administração Pública através do Referencial de Competências da Administração Pública (ReCAP); sabemos que quer transferir mais competências para as autarquias, CIM e CCDR, desestruturando o sistema público de educação; sabemos que quer criar um Estatuto do Diretor, reforçando os seus poderes; e também sabemos que essa pretensão vai ao encontro de uma recente recomendação do Conselho das Escolas, em que os diretores pretendem, entre outras coisas, recrutar uma parte do corpo docente, escolher a sua equipa toda com elementos externos à escola, designar diretamente todos os cargos de liderança intermédia ou ainda que, na avaliação do desempenho docente, intervenham apenas o diretor e o coordenador do departamento, por ele designado. A este propósito, acrescento que esta Recomendação do Conselho das Escolas foi objeto de um artigo do Professor Licínio Lima na revista *a Página da Educação*, com o título “Nem um módico de democracia?”

Não é essa a escola que queremos. Não queremos um sistema educativo dirigido por tecnocratas e por gestores. Queremos uma escola que dê primazia à pedagogia, queremos

uma escola que valorize a colegialidade e a participação, queremos uma escola que forme democratas.

E é porque sabemos que defender a gestão democrática das escolas é defender a profissão docente, é defender a escola pública, é defender a democracia... que estamos em luta, e vamos à luta, com a força e a determinação de sempre.

Viva a FENPROF!